



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 15 de setembro de 2012

A CRITICA Sim & Não	1
OPINIÃO	
A CRITICA Via de mão dupla	2
ECONOMIA	
A CRITICA Júlio Ventilari	3
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO Arrecadação ultrapassa R\$ 57 milhões em agosto	4
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	5
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial	6
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	7
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS BC autoriza bancos a liberarem crédito para financiamento de motos	8
ECONOMIA	

Sim & Não

PIM quebra sequência de desemprego

Números que compõem os indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus (PIM), que serão divulgados oficialmente na semana que vem pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), indicam uma tímida recuperação nos postos de emprego. Os dados são referentes ao mês de julho e mostram a quebra da série negativa no número de vagas de trabalho que vinha sendo registrada na indústria local desde o mês de janeiro. As atenções são para o setor de duas rodas.

Cortes Ontem, o jornal Valor Econômico noticiou que a Yamaha, uma das indústrias de duas rodas do PIM, dispensou 110 operários. Na quinta-feira o governador Omar Aziz (PSD) já revelava que as demissões na Yamaha poderão atingir 850 pessoas.

Entusiasmo Trecho da fala da presidente Dilma Rousseff (PT) que vai ao ar hoje no programa da candidata Vanessa Grazziotin (PCdoB): "É com alegria e entusiasmo que apoio Vanessa para prefeita de Manaus. Vanessa é a certeza da consolidação da parceria que firmamos com o governador Omar e o senador Eduardo".

Via de mão dupla

Ativar comércio com os países vizinhos

Para tanto, empresários locais apostam em projeto piloto que vem sendo desenvolvido com a Colômbia, segundo informações de Marcelo Lima, do Centro Internacional de Negócios da Fieam

LUANA GOMES

luana.gomes@acritica.com.br

Na busca para reverter o tradicional déficit da balança comercial, o Amazonas finaliza projeto para ampliar as fronteiras de exportação, a começar pela Colômbia, que já responde como o segundo principal país de destino das mercadorias amazonenses. Conforme o Centro Internacional de Negócios (CIN), a ideia é ativar ainda mais o interesse dos países vizinhos pelos produtos locais.

Com base nos dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), de janeiro a agosto, os empresários colombianos exportaram US\$ 82,45 milhões em produtos para o Amazonas. De acordo com o representante do CIN, Marcelo Lima, os colombianos importaram uma grande quantidade de concentrado de bebidas, produtos eletroeletrônicos (dentre os quais telefone celular), aparelhos de barbear. "Para este início, estamos trabalhando com foco na Colômbia", detalhou.

Lima comentou que o projeto é desenvolvido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos do Brasil (ApexBrasil), ligada ao órgão ministerial. Ele detalhou que a ideia é explorar o mercado que interessa à Colômbia e, desta forma, ampliar as fronteiras de destino.

Lima adiantou que o projeto dispõe sobre parcerias que serão feitas a partir de realização de seminários ou até mesmo

Saiba mais

>> Novas Missões

A missão comercial entre Argentina e Amazonas acontece no dia 1º de outubro, mas outras estão sendo projetadas, como a missão com representantes de Moçambique, prevista para o dia 30 do mesmo mês. De acordo com o CIN, no dia 21 de setembro, empresários da rede estadunidense Central Mark também virão à Região para conhecer a rede de supermercados e atacadistas daqui.

com projetos compradores, no qual seriam trazidos empresários do país vizinho para conhecer a região ou seriam levados representantes amazonenses para dar publicidade aos seus produtos na Colômbia. "Precisamos saber o que interessa àquele país, em particular produtos aqui fabricados, principalmente quando exportamos bem menos do que importamos", frisou.

VIA DE MÃO DUPLA

Ontem, em coletiva durante a Rodada de Negócios com a Argentina, empresários locais reconheceram que é preciso dar espaço para a entrada dos itens fabricados pelos "hermanos". Entretanto, é preciso desobstruir certas barreiras que impedem a compra nesse país, como a dificuldade em ligações aéreas que interliguem Buenos



Ana Tito, da Embaixada da Argentina, e José Roberto Tadros, da Fecomércio

Aires a Manaus de forma direta.

O presidente da Fecomércio-AM, José Roberto Tadros, comentou que a Argentina é o maior parceiro comercial dos setores produtivos da Amazônia, mas para uma "via de mão dupla" é preciso negociar em igualdade de negociações. "No processo que vivemos hoje, tudo que é comprado para o Amazonas vem via São Paulo", observou Tadros.

O empresário também avaliou que existe uma espécie de "colonialismo interno", no qual as regiões Sul e Sudeste ocupam todas as atividades comerciais, o que induz a um sobrepreço na hora de trazer este produto para o Amazonas.

VIA SÃO PAULO

A conselheira da embaixada Argentina, Ana Tito, reconheceu que a missão comercial tem a ideia de oferecer produtos argentinos, já que as exportações estão muito concentradas na Região Sudeste e, muitos dos itens importados para o Amazonas, chegam por meio de exportadoras de São Paulo, o que impede melhores preços e a compra de maiores quantidades.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, comentou que, se o custo-benefício oferecido pela Argentina apresentasse as mesmas condições da China, seria possível recorrer ao país "hermano" para importar insumos. "Seria mais vantajoso trazer um item em no máximo 20 dias a um um que chega em 45", pontuou.

RELAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS

País	Exportação	Importação
ARGENTINA	US\$ 82.450.000 Participação Total: 24,2%	US\$ 21.977.833 Participação no Total: 0,44%
CHINA	US\$ 308.914 Participação no Total: 1,5%	US\$ 3.488.330.638 Participação no Total: 65,28%
TOTAL		
Exportação: US\$ 311.358.914		Importação: US\$ 9.755.812.197

Júlio Ventilari

Mão dupla

■ ■ As empresas japonesas representam 39% do total das instaladas na ZFM. Ou seja, 30 multinacionais daquele país estão com bases no PIM. Sobre novos acordos comerciais e a troca de experiências tecnológicas com o Estado, o embaixador japonês no Brasil, Akira Miwa, conversou, esta semana, com o presidente da Aleam, Ricardo Nicolau.

Arrecadação ultrapassa R\$ 57 milhões em agosto

Montante é 16% superior ao contabilizado em agosto de 2011, conforme informações da Semef

No mês de agosto, a arrecadação municipal atingiu cifras de R\$ 57,2 milhões. O montante é 16% maior do que registrado no mesmo período do ano passado, de acordo com a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação (Semef).

Do montante, a maior fatia veio do Imposto Sobre Serviço (ISS), mantendo-se como destaque do quadro de receitas próprias. Sozinho, o tributo arrecadou R\$ 40,2 milhões, 16% a mais que o mesmo mês do ano passado. O recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) também avançou e contribuiu para os cofres públicos no período com R\$ 5,2 milhões.

Já no acumulado de janeiro a agosto, a receita referente aos tributos municipais registrou a marca de R\$ 454,6 milhões. Em comparação ao mesmo período do ano passado, a receita tributária evoluiu em 19,4% nesses oito meses. Para o secretário da Semef, Alfredo Paes, as metas de arrecadação própria do município têm seguido ritmo satisfatório, rumo aos números previstos no orçamento 2012. Segundo ele, a principal receita do

município, provinda do ISSQN, já acumula R\$ 293,7 milhões, o que representa aproximadamente 63% da arrecadação prevista para o Imposto de Serviços. "Com bastante empenho estamos a caminho dos R\$ 828 milhões estimados na nossa arrecadação deste ano", exemplificou.

Quanto à arrecadação global – que inclui os repasses es-

BALANÇO

No acumulado até agosto, a receita municipal registrou a marca de R\$ 454,6 milhões. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o bolo tributário evoluiu em 19,4% nesses oito meses

taduais e federais – o montante referente ao mês de agosto foi de R\$ 227,1 milhões e registrou crescimento de 6,4%. "Esse resultado é reflexo da atual crise, que hoje afeta a indústria e o consumo brasileiro. Este mês tivemos considerável queda de quase 5% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que passou de R\$ 19,5 para 18,6 milhões", destacou Alfredo Paes.



Recolhimento do IPTU contribuiu para os cofres públicos com R\$ 5,2 milhões no período

Repasses ficam reduzidos

De acordo com o secretário Alfredo Paes, os repasses estaduais à Prefeitura também estão em ritmo desacelerado. Em agosto, do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por exemplo, foram repassados aos cofres municipais R\$ 88 milhões – apenas 8% a mais que o ano anterior. "Se compararmos

ao nível da inflação mensal, podemos constatar que o crescimento é negativo", enfatizou. Paes explicou, ainda, o peso desses repasses do Estado e da União sobre a arrecadação global do município. Neste mês, por exemplo, todas as receitas correntes provindas dos governos estadual e federal somaram R\$ 173,9

milhões, representando mais de 76% da arrecadação global.

"Por conta deste peso, sentimos um certo abalo nos repasses. Em razão disso já colocamos em curso medidas cautelares para rever todos os investimentos e gastos da Prefeitura, preservando, claro, os serviços essenciais da cidade", enfatizou.

CAPA

Dilma amplia financiamento de venda de motos e vai incentivar produção local

- Resolução do Banco Central facilitará o financiamento de motocicletas. Decisão vai estimular as vendas em todo o País e a produção no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Editorial

Mercado desperdiçado

A pesar do mercado em potencial, o Brasil ainda pouco explora as demandas do consumidor sul-americano. Da mesma forma ocorre com o Polo Industrial de Manaus, com suas aproximadamente de 600 empresas.

O mercado em questão reúne cerca de 200 milhões de pessoas (excluindo o Brasil), distribuídas entre 12 países e que demandam produtos de todas as

ordens. E a indústria nacional, por ser a mais desenvolvida nesta região, pode suprir, em muitos itens, tamanho consumo.

Interessados em estreitar laços comerciais, grupo de empresários argentinos tenta firmar parcerias com o mercado local. Esta é mais uma prova de que este intercâmbio é viável, tem mão dupla, e o que precisa é de uma maior articulação entre o setor privado e governos.

Assim como a indústria local pode ampliar suas vendas para os países vizinhos, em especial produtos do segmento eletroeletrônico, motocicletas e descartáveis, também pode adquirir matérias-primas a valores menores. Da Venezuela, por exemplo, é possível importar

O mercado em questão reúne

cerca de 200 milhões de pessoas... e que demandam produtos de todas as ordens.

artefatos de aço, cimento e outros produtos derivados da indústria metalúrgica e petroquímica.

Na área de alimentos, a Região Norte brasileira pode ganhar com a importação de legumes e hortaliças, itens fartos em países como o Peru. Mas é necessário desenvolver uma hidrovía capaz de integrar esta parte da Amazônia internacional

É preciso retomar o projeto da rota

Manta-Manaus-Pará, que prevê um trajeto comercial que 'ligará' o Pacífico ao Atlântico.

para que este comércio de fato aconteça e de forma sustentável.

Os governos brasileiro, com participação direta da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), e equatoriano já discutiram exaustivamente o projeto da rota Manta-Manaus-Atlântico, mas que anda esquecido nas gavetas da diplomacia e dos ministérios. É preciso retomar este plano,

que prevê uma rota comercial na região que 'ligará' o Pacífico ao Atlântico através do Equador-Amazonas-Pará. Por meio desse trajeto, que mescla rodovias no Equador e Peru e hidrovía na Amazônia, será possível inclusive diminuir o percurso das importações de insumos chineses demandados pelas fábricas de Manaus.

As alternativas para se ampliar o mercado consumidor da indústria brasileira, em especial do Polo Industrial de Manaus, existem e todas podem ser desenvolvidas em parceria com o setor privado e os governos dos países vizinhos. O que falta é maior articulação política, decisão de governo e investimentos.

Claro & Escuro



Eduardo Braga. **Senador**

É uma ação de fortalecimento da indústria no Amazonas e dos empregos da Zona Franca”.

**Sobre o incentivo ao
financiamento de motocicletas
pelo Banco Central**

BC autoriza bancos a liberarem crédito para financiamento de motos

Medida atendeu a pleito do Governo do Amazonas

FOTO Nathalie Brasil

MANAUS



Banco Central do Brasil (BC) aprovou circular que reduz a alíquota do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo, simplifica as regras e promove outras alterações. Em regra geral, o fator flexibiliza as operações de financiamentos incluindo, pela primeira vez, os de motocicletas. A mudança terá impacto direto na venda dos veículos de duas rodas o que, por sua vez, impacta também a produção do setor, que é concentrado no Pólo Industrial de Manaus.

“Estávamos defendendo que isso fosse adotado. O Mdic fundamentou tecnicamente e o Banco Central reconheceu a validade do nosso pleito. É o primeiro passo para a solução do problema e outros serão dados na próxima semana para que possamos finalizar essa questão do Polo de Duas Rodas”, disse o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira.

Para o senador Eduardo Braga (PMDB), líder do governo no Senado, a mudança tem importância crucial para o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e vem em momento crucial para o modelo. “A presidente Dilma está atendendo as demandas da Zona Franca. Ela reduziu o IPI, equiparou as alíquotas e agora resolveu o problema dos fi-

nanciamentos, que vinha estrangulando a venda e a produção. Essa medida tem um impacto muito importante para o Polo Industrial de Manaus. Uma ação de fortalecimento da indústria no Amazonas e dos empregos da Zona Franca”, declarou o senador.

Economia

A circular traz um grupo de várias mudanças, principalmente nos depósitos compulsórios. Esse conjunto de medidas deve liberar, nos próximos meses, em torno de R\$ 30 bilhões do esto-

que atual de R\$ 380 bilhões de depósitos compulsórios, o que contribuirá para alongar o perfil de captação do sistema e melhorar a distribuição da liquidez no mercado interbancário.

Essa decisão simplifica a estrutura de recolhimentos compulsórios, com a eliminação do adicional sobre depósitos à vista, reduz os custos da intermediação financeira e fornece melhores condições para o setor operar de maneira mais eficiente, em linha com as mudanças estruturais por que passa a economia brasileira.